

As habilidades do ministro da Fazenda

As habilidades do ministro da Fazenda

Quando todos esperavam que na conferência e despacho de oitava-feira fosse resolvida a magna questão do pagamento dos valores de ouro ao cambio de 15 d., enquanto que o ministro da Fazenda sustentava que a taxa determinada pelas condições económicas de hoje paira e a de 16 d., é fornecida à imprensa uma longa exposição ao presidente da República, na qual se insiste em que a ultima daquellas duas taxas só pôde trazer benefício à economia nacional!

A exposição, porém, não perfunctória, contém o argumento do ministro, com a qual, diz a informação, se conformou unicamente o presidente da Republica *Arceades Amâncio*.

Começa o ministro por dizer que a média do cambio, desde a lei de 1846, que fundou o actual nadraão, até 1906, foi de 21 451/1952, aproximadamente 21 1/4 d. Si remonta até à época, em que o padrao monetario era o de 63 d. primeiro, e mais tarde o de 44 d., encontraria media muito mais elevada, superior até a de 27 d.!

Segue-se, no entanto, que o ministro foi achar a media de 1846 a 1906, em vez de procurar a de 1846 a 1909. Si processasse

Passemos, porém, adiante.

Affirma o ministro que as administrações de Rodrigues Alves conseguiram erguer as forças económicas da nação, de 5 5/8 d. a 18 1/4 d.

Ninguém ignora que a previsão extraordinária, colheita de café em 1906, foi a principal causa de tal sucesso ao cambio moeda, que, em 18 d. 1906, 1906, notando que, como sempre, a alta fez-se por meio de vendas a prazo, que deram fôlego à baixa do cambio, quando a colheita se podia exportar.

As operações de credito externo realizadas em 1906, com o empenho de quatro milhões esterlinos contratado pelo Estado de S. Paulo para a acquisição da Sorocabana, foram ainda assim o elemento de alta que mais provocou a especulação naquella época.

Continuemos.

Por que os parafuzos, não achamos como é que as administrações Rodrigues Alves e Campos Salles tenham produzido o phenomeno dos cafezais terem tido nesse anno de 1906 uma produção de 100 mil toneladas, mais do que nos annos anteriores e seguintes, mais extraordinaria ainda que a do celebre arroz de Pendoitão!

O que sabemos é que, segundo o relatório da Canara Syndical dos Corretores, as medias do cambio sobre Londres a 90 dias foram em 1906, as seguintes:

1.º Janeiro	17 3/4 d.
1.º Fevereiro	17 1/2 d.

Março	16 1/8 d.
Abril	15 3/8 d.
Maio	15 45/64 d.
Junho	16 9/32 d.
Julho	16 55/64 d.
Agosto	16 33/64 d.
Setembro	16 3/8 d.
Outubro	15 7/16 d.
Novembro	15 15/16 d.
Dezembro	15 25/64 d.

Si em vez das cotações officiaes do cambio preferirmos as de papel particular e nos guiarmos pelo Retrospecto Commercial do *Journal du Commerce*, veremos que as cotações maximas e minimas de 1906 foram as de 15 5/8 e 17 1/4 d.

Do modo que o ministro da Fazenda, que, n'um celebre telegramma ao conselheiro Antonio Prado, descobria que o cambio subira no quadriennio Campos Salles de 5 a 12 d., quando aquelle periodo se prolongou com a taxa de 8 23/64 d., descobria que o cambio em 1906 subiu a 18 1/4 d., quando para as transacções em papel particular, a prazo de 90 dias, a taxa mais alta foi de 17 5/8 d. 1.

Que o ministro não accentua é que a divida externa que, no seu complexo sóbe, hoje, a 140 milhões esterlins, triplicou approximadamente, desde a época em que o cambio attigui a taxa infima de 6 d. Que a essa cauda de ouro se deveu, principalmente, a taxa do cambio e que, a despeito da guerra ella contribuiu em 10 milhões esterlins, que representam o augmento da divida externa do *Treasury*, que de libras

934.957.990 passou a ser de R\$ 820.777.779, isto sem contar com os empréstimos externos, em favor dos municípios.

Continua o ministro assignallando que a dívida interna, contraída quando o cambio se cotava a 20, 22 e mais, ou em média a 21 1/4 d., exige que seja paga nas condições seguintes:

E por isso, sem dúvida, que o Thesouro continua aumentando, de anno para anno, a sua dívida interna e externa, tendo augmentado no anno ultimo, segundo os algarismos publicados, de 1.000.000.000 para 1.538.014.659.608, mas que ficará reduzida a 538.014.659.608, com o resgate dos empréstimos de 1870 e 1897, cotando-se o cambio a 16 d., muito inferior a celebre média de 21 1/4 d., que o ministro diz ter sido contraída.

Continua o ministro dizendo que a alta do cambio aproveita ao consumidor, ao commercio, á lavoura e sobretudo ao proletrariado. Para comecar, reduz-lhe de 20.000 para 16.000 a quantia das 150.000 almas que existem em circulação, forçando-as ao troco por especies metalicas sem curso legal!

Mais ainda: força a todos ao pagamento dos valores de ouro para liquidação de direitos e obrigações, e a pagar as quantias que se tem cambio, determinado pela conjunctão economica, o de 16 d.!

E que-lhe diz, ainda, que tirando o Thesouro recursos do agio da remessa do ouro cobrado nas alfândegas, prevendo que

clarar a percentagem paga em metal, a cobrar na entrada dos generos importados. Esquece ainda que, sendo a principal fonte de receita dos Estados os impostos de exportação, cobrados em dinheiro do contribuinte, e não em generos, os produtores e consumidores, esses Estados, que vivem, como o Thesouro, em parte do agio do ouro, terão de augmentar as suas receitas, por meio de novos impostos ou agravamento dos actuaes — o que, no entender do ministro, só se fará com a applicação da taxa de 10 por cento, porque fica com as algarbeas mais leves. Compensa, no entanto, o olvido de tantos elementos da complexa situação que atravessamos com a descoberta do pagamento de salarios fixados em metal, quando todos os salarios, e os salarios de guerra, e os salarios de vencimentos de estrangeiros no Brasil, todas as remunerações de serviços são pagos e contratuados em papel, e que o custo da vida tem crescido enormemente no Brasil interno, sendo hoje mais oneroso, ainda mais do que era quando o cambio estava a taxas muito inferiores á actual, para o que tem contribuido o proprio Thesouro augmentando a percentagem dos direitos em ouro, de modo que, o que o consumidor lucrava no cambio do ouro, arfaneava-lhe o Thesouro nas alfândegas.

Se a vida tem crescido com o cambio alto, como é que não ha senão algarbeas do Congresso, em que se não sejam propostas e approvadas projectos para augmento de vencimentos aos funcionarios publicos, ao Exercicio e á Armada, alargando-se quadros que se não possam mais abarcar os necessarios, quando o augmento directo não chega?

Concluo a expozição do ministro por dizer que a lei de 1906 é sábia e que o governo será de modo que nenhuma seella prejudique a vida.

Isto se chama mangar com a terra, ou, então, estafarmos na Boécia.

A Previdencia — Comte Paulista de Fariaes — Presidente da Associação dos Beneficentes de São Paulo — Beneficiários de 1964 e 1968, mediante o pagamento mensal de 10 e 15,000, por 10 e 25 annos.

Avenda Central n. 05

